

Conflitos no sul do Brasil e queixa pública contra Alvarenga Peixoto (São João del-Rei, Minas Gerais, 1776-1780)

Conflicts in the south of Brazil and public complaint against Alvarenga Peixoto
(São João del-Rei, Minas Gerais, 1776-1780)

André Figueiredo Rodrigues¹

andrefr@assis.unesp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar as prestações de contas dos mantimentos comprados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga Peixoto para servir aos soldados mineiros enviados para lutar na guerra contra os espanhóis no sul do Brasil.

Palavras-chave: conflitos no sul do Brasil, Alvarenga Peixoto, queixa pública.

Abstract: The objective of this article is to analyze the accounts rendered of the provisions bought by the magistrate Inácio José de Alvarenga Peixoto to serve the soldiers of Minas Gerais state sent to fight in the war against the Spaniards in the south of Brazil.

Keywords: conflicts in the south of Brazil, Alvarenga Peixoto, public complaint.

Em 22 de maio de 1773, Antônio Carlos Furtado de Mendonça tomou posse na Igreja de Nossa Senhora do Pilar como governador nomeado da capitania de Minas Gerais. Vindo de Goiás, demorou pouco menos de dois anos na administração das Minas. Retirou-se de Vila Rica a 13 de janeiro de 1775, para comandar a defesa da ilha de Santa Catarina, por ocasião dos conflitos fronteiriços contra os espanhóis travados nas partes meridionais do Brasil entre 1774 e 1777.

No sul, Antônio Carlos, nomeado marechal por carta-régia de 14 de junho de 1774, foi um dos responsáveis – senão o grande responsável – pelo maior desastre militar da ilha de Santa Catarina: sua ocupação pelos castelhanos em fevereiro de 1777.

Saindo de Cádiz em 13 de novembro de 1776, a esquadra espanhola, composta por 20 navios de guerra, com 574 canhões e uma tripulação de 1.304 soldados e 5.148 marinheiros, somados aos 451 oficiais e 8.732 praças, conduzidos nos 97 barcos do comboio, entrou tranquilamente pela Baía Norte da ilha de Santa Catarina, tomando-a em 22 de fevereiro de 1777, dois dias depois de sua chegada. Após a conquista da ilha, o comandante da expedição, dom Pedro de Ceballos Cortez y Calderón, seguiu com sua frota para a Colônia do Sacramento, ocupando-a em 22 de maio de 1777 (Barreto, 1979, p. 264).

¹ Professor de História da América Portuguesa na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

A atitude do marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça de não reagir à tentativa de invasão, fugindo para o continente, após avistar a esquadra inimiga, desanimou os demais defensores da ilha, que se renderam, contagiados pela atitude do comandante (Conceição, 2013, p. 279-307). O inimigo desembarcou sem que lhe fosse oferecida resistência.

Para fazer face a esta derrota, o vice-rei marquês do Lavradio (Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, 5º conde de Avintes e 2º marquês do Lavradio) solicitou ajuda militar a alguns governadores de capitânicas, entre eles o capitão-general dom Antônio de Noronha, de Minas Gerais.

Assim, é nossa intenção no presente artigo discutir a ajuda militar enviada pelo governador mineiro às partes meridionais da América portuguesa e, em especial, a atuação de Inácio José de Alvarenga Peixoto, ouvidor da comarca do Rio das Mortes, no cumprimento da missão governamental.

Conflitos no sul e o “tabuleiro” político e administrativo

Na margem esquerda do rio da Prata, na parte meridional da América, desde a fundação em 1680 da Colônia do Santíssimo Sacramento, movimentos expansionistas coordenados pelas coroas espanhola e portuguesa conflitavam-se na região. A delimitação dos limites territoriais coloniais tornou-se motivo de disputas continuadas. Nesse movimento, mais do que a delimitação dos limites territoriais, a fronteira foi “construída num processo de interação entre as sociedades que aí se formavam, as políticas metropolitanas e os conflitos armados quase cotidianos” (Miranda, 2009, p. 50).

A almejada delimitação do rio da Prata como fronteira natural na direção sul do império português na América não se efetivou, apesar das constantes tentativas lusitanas em se estabelecer na região. Tal interesse e importância se explicam por ser a região rota de acesso aos produtos das colônias espanholas como metais preciosos, couros e erva-mate, e vias de contrabando de escravos e outros produtos através do território português (Miranda, 2009, p. 51; Menz, 2009, p. 96-105; Osório, 2007, p. 55-66). A ilha de Santa Catarina, neste cenário, constituía-se como centro de abastecimento e informação entre a sede do império português na América, localizado em Salvador, na Bahia e, após 1763, no Rio de Janeiro, e o extremo sul da colônia.

A tensão entre castelhanos e portugueses aguçou-se a partir da década de 1760. Em abril de 1763, forças castelhanas lideradas por dom Pedro de Ceballos Cortez y Calderón ocuparam militarmente a Colônia do Sacramento e a capitania do Rio Grande de São Pedro, dando

início ao período de dominação espanhola no sul do Brasil, que duraria daquele ano até 1776 (Kühn, 1999, p. 91).

Em decorrência dos conflitos na parte meridional da colônia, Portugal teve que reestruturar e aprimorar seu aparato militar. Como resposta aos avanços estrangeiros na região, a capital do vice-reino do Brasil transferiu-se da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, com a intenção de facilitar a melhor mobilização geopolítica de tropas no conjunto do território, uma vez que a cidade vinha assumindo, desde o começo do século XVIII, papel de área articuladora de toda a região centro-sul da colônia (Bicalho, 2003, p. 83-85). Além dessa medida, foram trazidos ao Brasil oficiais estrangeiros para exercerem o comando das principais tropas e coordenarem esforços de reconquista e defesa do extremo sul, com o deslocamento de tropas de primeira linha de Portugal e de tropas regulares e milicianas de outras capitânicas da colônia (Silva *et al.*, 2009, p. 68-69).

Ainda, para auxiliar na defesa do território, o marquês do Lavradio, então vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, decidiu nomear militares experientes para ocupar a chefia de alguns governos de capitania, mexendo nas peças dispostas no “tabuleiro” político-administrativo da colônia. Dessa maneira, Manoel da Cunha Meneses deixou o cargo de governador e capitão-general de Pernambuco e foi transferido para a Bahia, sendo lá também nomeado governador. José César de Meneses, que servia no Estado da Índia, ocupou o seu lugar em Pernambuco. Em São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha substituiu o morgado de Mateus, que exercia o cargo há dez anos (1765-1775). Para o governo de Santa Catarina foi nomeado Francisco José da Rocha, e Antônio da Gama e Freitas passou a administrar a capitania do Rio Grande. Para a capitania de Minas Gerais nomeou-se como governador e capitão-general dom Antônio de Noronha, que substituiu Antônio Carlos Furtado de Mendonça, indicado como administrador da ilha de Santa Catarina (Silva *et al.*, 2009, p. 69).

Após essas modificações, o vice-rei marquês do Lavradio pôde agir com eficácia no sul da colônia, com o envio de tropas e mantimentos direcionados à guerra. Nesse “tabuleiro”, coube às capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais maior responsabilidade na defesa das fronteiras meridionais e importância como centro político e administrativo do Império português na América.

Dom Antônio de Noronha e os conflitos no sul

Dom Antônio de Noronha foi nomeado governador de Minas Gerais por decreto de 13 de dezembro de

1774 e carta-patente de 13 de janeiro de 1775, tomando posse em Vila Rica no dia 29 de maio (Vasconcelos, 1999, p. 186; Souza, 2006, p. 350-351).

Na área militar, seguindo ordens expressas pela carta-régia de 1766, dom Antônio determinou a reforma de todas as tropas auxiliares da capitania, a criação de regimentos de cavalaria auxiliar e regular e a reestruturação dos terços de homens pardos e pretos libertos, que se encontravam, em 1775, bastante desmobilizados (Silva *et al.*, 2009, p. 76-77). Estes últimos, agrupados em companhias de acordo com a cor de sua pele e por marcharem a pé, eram comandados por um mestre de campo, que podia ser um homem branco ou pardo. Sua estrutura hierárquica seguia a ordem das ordenanças de homens brancos: capitão, alferes, furriel, cabo de esquadra e soldados; e estavam distribuídos por Vila Rica, com 17 companhias com efetivo de 1.020 homens, São João del-Rei, com 12 companhias e 840 homens, São José del-Rei, com oito companhias e 480 homens e a cidade de Mariana com 13 companhias com 780 homens (Cotta, 2002, p. 77-78). Estes homens – pardos e pretos libertos, em conjunto com as ordenanças de homens brancos –, quando necessário e solicitado, deveriam estar prontos para defender a capital do Estado do Brasil e se dirigir para as partes meridionais da América portuguesa. Portanto, foi com estas intenções que, em meados de 1775, o marquês do Lavradio escrevia a dom Antônio de Noronha pedindo-lhe ajuda para combater os castelhanos no sul e proteger o Rio de Janeiro de provável ameaça de invasão estrangeira. Para satisfazer tal pedido, dom Antônio dirigiu-se à vila de São João del-Rei, na comarca do Rio das Mortes, deixando ordens expressas para que as tropas, ao chegar qualquer pedido de socorro do vice-rei, marchassem para o Rio, independentemente de seu aviso (Barbosa, 1979, p. 614).

Com o avançar do conflito no sul e para defender o vice-reino, dom Antônio enviou para o palco das batalhas 4.085 recrutas, sendo, da comarca do Rio das Mortes, 1.422, com 429 armas de fogo; do Sabará, 1.330 com 315 armas, e de Vila Rica, 1.333, com 113 armas, afora as lanças de paus tostados, com que foram os restantes que não levaram fuzis (Vasconcelos, 1999, p. 187).

Quem eram esses homens que iam combater o perigo das investidas castelhanas, a partir da ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil? De acordo com Laura de Mello e Souza em *Desclassificados do ouro*, o governador recrutou seus militares entre os elementos desocupados, indigentes ou inaproveitáveis nas atividades produtivas e militares da capitania, uma vez que o seu governo não podia ficar sem forças para conter os negros, rebater os índios e sem braços para minerar e gerar os rendimentos para a Fazenda Real (Souza, 1990, p. 85-90).

Ao saírem de Minas Gerais, os recrutas deviam deslocar-se para São Paulo e dali, por ordem do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, seguiriam para o sul em bandos, para servir sob as ordens do general João Henrique de Böhm, chefe das tropas lá sediadas (Souza, 1990, p. 86).

Em fins de março de 1777, começaram a chegar a São Paulo os primeiros corpos militares de Minas, e Martim Lopes Lobo de Saldanha se consternou ante seu estado de penúria, pois aquela gente, segundo informou em ofício datado de 9 de junho ao governador de Minas, era desprovida de roupa e de armamento, e que só a cavalaria que chegou por lá estava em condições de prosseguir (Vasconcelos, 1999, p. 188).

Observou, também, ao governador de Minas que o inimigo dispunha de soldados europeus, e, pois, de nada valia enviar-lhe a combatê-lo aquela multidão de paisanos sem preparo e reunidos à toa, dos quais apenas ficara ele com uns cem para fazerem roças nos limites da capitania tendentes ao abastecimento das tropas em marcha (Vasconcelos, 1999, p. 188). Na medida em que as tropas iam alcançando São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha passava-lhes revista para retirar “os quebrados, aleijados e idosos, de 60 até 100 anos”, que eram muitos, como se lê em documento da época (*in* Souza, 1990, p. 87).

Iguais críticas foram recebidas por dom Antônio de Noronha dos comandantes do sul e do vice-rei. De acordo com o governador de Minas, ele havia sido instruído para que expedisse para o Rio Grande 4.000 recrutas, independentemente de serem brancos, mestiços, mulatos ou negros, e que estes deviam completar as praças que faltavam nos regimentos do Exército e serem empregados nos diferentes trabalhos do campo (Souza, 1990, p. 88).

Classificados como “multidão de gentes sem armas, sem vestidos e sem disciplina”, esses homens foram recrutados e tiveram suas poucas armas, vestimentas e gêneros alimentícios comprados pelo Estado (Souza, 1990, p. 88).

Alvarenga Peixoto e os “gêneros aprontados” para as tropas que foram para o sul

Pelos idos de 1776, em 19 de agosto, celebrou-se, no Senado da Câmara da vila de São João del-Rei, sede administrativa e jurídica da comarca do Rio das Mortes, a cerimônia de posse de seu novo ouvidor – Inácio José de Alvarenga Peixoto, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1742 e falecido em 1792, na África, ao cumprir o degredo imposto como pena por se envolver na Conjuração Mineira de 1788-1789.

Dom Antônio de Noronha incumbiu o recém-empossado ouvidor de aprontar os mantimentos necessários ao abastecimento dos soldados mineiros que eram mandados para lutar no sul do país. Auxiliado pelo tenente Luís Antônio da Silva, que servia de escrivão da Provedoria, começou a juntar os víveres que eram expedidos para São Paulo (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 n° 9).

Nas principais lojas de São João del-Rei, a partir de abril de 1777, Alvarenga Peixoto entrou em contato com pequenos e grandes produtores agrícolas na busca de aprontar “o preciso para a expedição das tropas que iam para o sul”. No estabelecimento comercial de Antônio Francisco de Andrade, “uma das maiores lojas de fazendas secas que há naquela vila, na qual vende a quem lhe quer comprar, tanto com dinheiro à vista, como a crédito, conforme o estilo do País”, o ouvidor comprou a prazo 20 varas de retalhos de estopa e 198 varas de linhagem (tecido grosso de linho) pelo preço de 54\$150 réis (45 oitavas e 4 vinténs de ouro) (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 13, fls. 5, 6, 8v-9).

Os principais fornecedores de estopas e de outros gêneros de tecidos comprados para se fazerem sacos de farinha na comarca do Rio das Mortes encontram-se no Quadro 1.

Os cinco fornecedores citados venderam 1.324 varas de tecidos, de um total de 2.106 varas recolhidas a 22 pessoas, sendo tudo direcionado para a confecção de sacos para servir ao transporte de 1.432 alqueires de farinha de milho e 617 alqueires de farinha de mandioca até o posto de Mogi das Cruzes, em São Paulo (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 n° 9, fls. 2-3, 6).

Na “Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo”, encontramos que o fornecimento desse gênero alimentício movimentou 2.049 alqueires.

As farinhas foram produzidas por 80 agricultores. Entre eles, o marechal de campo Inácio Correia Pamplona, implicado na Conjuração Mineira, com 96 alqueires de farinha de mandioca ou 15,55% do total, e seu irmão Tomás da Costa Pamplona, com 108 ¼ alqueires de farinha de milho, que responderam por pouco mais de 200 alqueires de farinha (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 n° 9, fl. 1).

Inácio Correia Pamplona foi o produtor que mais vendeu farinha de mandioca. Antes de completar 30 anos de idade se tornou comerciante no Rio de Janeiro, de onde trazia mercadorias para serem vendidas em Vila Rica e em São João del-Rei. Fixou-se na comarca do Rio das Mortes, com sede de negócios na vila de São João, onde trabalhou como cobrador do Contrato de Entradas. Nesse mesmo tempo, iniciou uma carreira paralela que o faria poderoso e de alto prestígio: desbravador dos sertões do Alto São Francisco, exterminando índios e quilombolas. Por estas ações recebeu sesmarias e se instalou em um lugar chamado Desempenhado. Suas propriedades compreendiam enormes fazendas: a da Mendanha e do Capote, no atual município de Lagoa Dourada, a do Carandaí e o sítio Matozinhos, perto de São João del-Rei (Jardim, 1989, p. 202; Souza, 1999, p. 115-117).

Além de farinhas e de tecidos rústicos, também foram comprados couros (292 peças a 376\$200 réis), para se fazerem bruacas, para o transporte de sal e de alguma farinha. Manuel Fernandes Gomes foi o responsável pelo feitiço dos sacos de couro e, para isso, recebeu 42\$400 réis (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 n° 9, fl. 3).

Além desses gêneros, alugaram-se bestas. Este foi, segundo o documento citado, o que mais movimentou pessoas e créditos/dinheiro. Esses animais de carga foram alugados para percorrer determinados trechos da viagem à capitania de São Paulo, mais precisamente até a vila de Mogi das Cruzes (Quadro 2).

Quadro 1. Relação das estopas e mais gêneros comprados de que se fizeram os sacos para a condução das farinhas

Chart 1. List of oakum and other types of things that were bought to make the sacks that transported the flours.

Nome do fornecedor	Quantidade de varas	Valor total (em réis)
João da Silva Gonçalves	566	127\$350
João Gonçalves Gomes	224	50\$400
Antônio Francisco de Andrade	218	49\$050
Antônio José de Almeida	178	40\$050
Custódio Antônio dos Anjos	138	31\$050

	1.324	297\$900

Fonte: “Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo” (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 n° 9, fls. 1-3).

Os animais alugados para fazer o transporte da farinha entre a vila de São João e Mogi das Cruzes, em uma distância de 78 léguas, vieram da vila de Sabará.

Os proprietários dessas bestas se encontram no Quadro 3.

Esses proprietários receberiam 7\$000 réis por besta alugada, uma vez que elas vinham da vila de Sabará, no norte da capitania. Para o trajeto São João del-Rei a Tororó, os donos dos animais receberiam de aluguel 3\$000 réis e o equivalente a 4\$000 réis para as bestas que chegassem do Tororó a Mogi das Cruzes (Quadro 4).

Dos 32 proprietários de bestas que tiveram seus animais alugados por Alvarenga Peixoto, nove deles tinham trinta ou mais animais, perfazendo um total de 300 quadrúpedes (43,92%) (Quadro 5).

Dos 75 proprietários listados na Relação que o tenente Luís Antônio da Silva fez a mando do ouvidor Alvarenga Peixoto, nove desses donos de bestas (12%) respondiam por 15 ou mais animais alugados (29,77%), enquanto a maioria (66 proprietários ou 88%) respondia por 70,23% do total. Deste total, temos 15 pessoas (20%)

que alugaram quatro bestas cada (60 bestas ou 3,70%), ou seja, cada um desses donos respondia por apenas 0,64% do total geral.

Apesar de terem sido arroladas 222 pessoas como fornecedoras de gêneros para suprir as tropas que desciam para o sul do país, quem respondia, *grosso modo*, por eles, eram os donos das lojas abertas em São João del-Rei.

Na loja de José Gonçalves Martins, Alvarenga Peixoto comprou 18 arrobas e 10 libras de ferro para as azagaia (lanças curtas de arremesso), nove bruacas de sal e duas arrobas de farinha do reino, itens que não foram inventariados nas despesas oficiais, e mais seis peças de cordas para amarrar os sacos de mantimentos, a 161\$924 réis (134 oitavas $\frac{3}{4}$ e 6 vinténs de ouro) (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 16, fls. 5v-6, 9-10).

A conta final das despesas realizadas por Alvarenga Peixoto para a guerra nas partes meridionais da América portuguesa foi de 6:704\$230 réis (Quadro 6).

Além destes custos, o governador dom Antônio de Noronha remeteu de Minas Gerais, em 12 de agosto de

Quadro 2. Relação das bestas alugadas.

Chart 2. List of beasts of burden leased.

Trajetos percorridos	Proprietários	Animais	Valor (em réis)
São João del-Rei – Tororó (30 léguas)	32	683	2:049\$000
São João del-Rei – Mogi das Cruzes (78 léguas)	6	52	364\$000
Tororó – Mogi das Cruzes (48 léguas)	75	618	2:472\$000
	113	1.353	4:885\$000

Fonte: "Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo" (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 nº 9, fls. 3-6).

Quadro 3. Proprietários de bestas / trajeto: São João del-Rei – Mogi das Cruzes.

Chart 3. Owners of beasts of burden / route: São João del-Rei – Mogi das Cruzes.

Proprietários	Bestas alugadas	Valor do aluguel (em réis)
Capitão Manuel Ferreira Carneiro	27	189\$000
José de Castro Fernandes	7	49\$000
Manuel Álvares Braga	5	35\$000
Antônio Ribeiro	5	35\$000
Antônio Álvares Braga	4	28\$000

	52	364\$000

Fonte: "Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo" (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 nº 9, fl. 4).

Quadro 4. Proprietários de bestas / trajeto: São João del-Rei – Tororó.

Chart 4. Owners of beasts of burden / route: São João del-Rei – Tororó.

Proprietários	Bestas alugadas	Valor do aluguel (em réis)
Antônio e Manuel de Moraes Ferreira	48	144\$000
Francisco João Ribeiro	46	138\$000
padre João Antônio da Silva Leão	39	117\$000
Manuel Antônio Lustosa	39	117\$000
capitão Antônio Gonçalves Ferreira	38	114\$000
João Rodrigues de Faria	36	108\$000
Bartolomeu Machado Dinis	32	96\$000
João Pereira Anjo	30	90\$000
Adriano Machado de Oliveira	30	90\$000

	300	1:014\$000

Fonte: "Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo" (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 nº 9, fls. 3-4).

Quadro 5. Proprietários de bestas / trajeto: Tororó – Mogi das Cruzes.

Chart 5. Owners of beasts of burden / route: Tororó – Mogi das Cruzes.

Proprietários	Bestas alugadas	Valor do aluguel (em réis)
Gaspar Nunes	33	132\$000
capitão Antônio Marcondes do Amaral	24	96\$000
capitão José Nogueira de Sá	22	88\$000
Manuel Dornelas de Vasconcelos	21	84\$000
Boaventura do Cabo	20	80\$000
João Rodrigues Rego	17	68\$000
Manuel dos Santos Cabral	16	64\$000
Francisco Rodrigues da Fonseca	16	64\$000
Antônio Fernandes Gama	15	60\$000

	184	736\$000

Fonte: "Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo" (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 nº 9, fls. 4-6).

620

1777, para despesas e soldos, 16:025\$620 réis (Vasconcelos, 1999, p. 189). No final, as guerras contra os espanhóis em Santa Catarina e na Colônia do Sacramento custaram aos cofres mineiros a quantia de 22:729\$850 réis.

Passados quatro anos do auxílio, os fornecedores dos gêneros alimentícios e víveres da vila de São João del-Rei reuniram-se e escreveram uma queixa geral ao

governador, alegando que o dito ouvidor nunca pagou as contas das provisões que venderam ao Estado, apesar de a Junta da Fazenda Real ter liquidado a dívida de 6:704\$230 réis, em 10 de fevereiro de 1780 (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 16, fl. 6). A quantia ficou creditada nos cofres do contratador João Rodrigues de Macedo, credor e procurador de Alvarenga. Em carta, Domingos José

Quadro 6. Resumo da conta apresentada por Alvarenga Peixoto.
Chart 6. Account Summary presented by Alvarenga Peixoto.

Gênero	Valor (em réis)
Mantimentos (farinhas de milho e mandioca)	907\$200
Tecidos (estopa, algodão e linhagem) e cordas	493\$430
Couro	418\$600
Animais alugados (bestas)	4:885\$000
	6:704\$230

Fonte: “Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo” (FBN, SM, CT, I-35, 12, 1 n° 9, fls. 6-7).

Gomes, procurador de Macedo, confirmou essa transação: “recebi hoje [10 de fevereiro de 1780] da Junta da Real Fazenda 6:704\$230 réis, a qual quantia lhe fica acreditada até Vossa mercê ajustar com o dito meu primo esta conta” (Oliveira, 1981, carta 380, p. 316).

Devido às vultosas dívidas que tinha com o primo do contratador e também seu credor, Bento Rodrigues de Macedo, boa parte dos dividendos recebidos foi desviada para amortizar dívidas que contraiu com Bento, ainda no tempo em que esteve em Portugal. O restante foi aplicado em assuntos de interesse particular.²

“Queixa geral dos Povos” contra o ouvidor Alvarenga Peixoto

Ao tomarem conhecimento de que a Junta da Real Fazenda havia liquidado as dívidas pelo fornecimento de víveres e gêneros alimentícios enviados para as guerras no sul do país, comerciantes de São João del-Rei se rebelaram e escreveram uma “queixa geral” contra a atitude do ouvidor (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 16, fl. 6).

Era público e notório em São João que Alvarenga “recebeu da Real Fazenda a importância de tudo quanto se havia comprado para aquela expedição; porém meteu em si, e ficou com o respectivo dinheiro sem pagar” aos fornecedores (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 13, fl. 6). Disse o alferes Antônio José Simões Dias, testemunha ouvida no processo movido pelo comerciante Antônio Francisco de Andrade para receber o pagamento de dívidas contraídas pelo ouvidor, o seguinte:

Logo que se foi a dita expedição, e é ainda hoje voz pública e queixa geral que o dito Alvarenga recebeu da Real Fazenda todo o importe das respectivas despesas e ficando-se com essa soma em si; não pagara coisa alguma aos vendedores dessas fazendas e que por conta disso andava ele pessoalmente por vezes pelas lojas dando satisfações, e prometendo de pagar-lhes, o que nunca fizera (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 13, fl. 33).

Outra testemunha, Domingos Francisco Cerqueira Braga, afirmou:

[...] sabe por ser público que o declarado Alvarenga recebeu na Real Fazenda da capital destas Minas uma soma grande de mil cruzados para pagar essas viagens e estopas, e mais despesas da dita expedição, mas não sabe que ele satisfizesse a algum dos ditos credores, antes é público que todos ficaram por pagar (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 13, fl. 36).

Além de não pagar as “continhas”, Alvarenga Peixoto teve o desprendimento de voltar às lojas e solicitar aos negociantes que esperassem ainda algum tempo – o tempo necessário para apurar ouro de suas lavras na Campanha da Princesa –, que quitaria os créditos devidos, pagando-lhes juros. Na ocasião, solicitava ainda que emprestassem algumas oitavas de ouro e/ou que fossem fiadas fazendas ou materiais de minerar. Para agradar aos comerciantes, fazia promessas de quitar todos os débitos conjuntamente, em um único pagamento, somados a juros de 5% à vista ou a prazo; tudo dependente do comerciante, que decidiria no instante da cobrança a maneira que gostaria de receber. Em todas as explicações, Alvarenga dava esperanças ou probabilidades ao credor de que receberia tudo o que se lhe devia, pois era homem de grandes propriedades e muitos bens, e que estava construindo um rego, que se prolongaria em um espaço de nove léguas, da qual esperava o desempenho e a fortuna.

O principal biógrafo de Alvarenga Peixoto, o português Manuel Rodrigues Lapa, alertou-nos que o ouvidor era um homem potencialmente rico, com extensas propriedades agrícolas e minerais, mas sem dinheiro e precisando constantemente dele para a exploração da terra e para os gastos sempre crescentes de sua casa (Lapa, 1960, p. XLII).

Mas, afinal, por que o dinheiro pago pela Real Fazenda, em nome do ouvidor Alvarenga Peixoto, não foi destinado à quitação dos débitos da guerra contra os

² José Antônio de Melo, fiscal do destacamento de Paracatu, em duas cartas enviadas a João Rodrigues de Macedo questionou a atitude de Alvarenga Peixoto de realizar cobranças em seu destacamento e utilizar o dinheiro para amortizar dívidas pessoais. Conferir: FBN, SC, CC, I-10, 15, 033 n°s 005 e 006.

castelhanos no sul? Para responder a esta questão, precisamos analisar alguns fatos de sua vida, a fim de esclarecermos esse pormenor.

Ainda como estudante universitário em Coimbra, de 1760 a 1766, Alvarenga Peixoto recorreu a capitalistas para financiar seus gastos. O primeiro foi Bento Rodrigues de Macedo, que lhe emprestou 4 mil cruzados (1:920\$000 réis) (Lapa, 1960, p. XXV, XLIII). Depois, como juiz de fora na vila de Sintra (1769-1772), em Portugal, sentiu-se mais à vontade para incrementar uma prática que o tornaria conhecido: ser um tenaz caloteiro. Foi o que fez com Dionísio Chevalier, antigo capitão de navios, de origem francesa, em casa de quem Alvarenga viveu em Lisboa de 1769 a 1775, quando partiu para o Brasil para assumir o cargo de ouvidor da comarca do Rio das Mortes, deixando-lhe uma dívida de 5:324\$130 réis. Em 1789, a dívida com a casa falida de Dionísio Chevalier estava orçada em 11:193\$507 réis (ANRJ, CIM, Fundo: 3A, Caixa 2230, Pacotilha 7, fl. 7).

Após intenso jogo de poder, que se percebe pelas “brigas de bastidores” pela indicação e arrematação do ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes, o grupo de João Rodrigues de Macedo, contratador de Entradas das capitanias de Minas, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, incluindo-se o Paraná, de 1776 a 1781, e de Dízimos, de 1777 a 1783, conseguiu arrematar o ofício para Alvarenga Peixoto. Eis os fatos: em correspondências datadas de 9 e 20 de agosto, 14 de outubro, 24 de novembro e 4 de dezembro de 1777, Joaquim José Marreiros, tabelião do Público Judicial e Notas da vila de São João del-Rei, e João Rodrigues de Macedo discutiram e relataram como foram feitas a indicação e a arrematação do ofício da ouvidoria da comarca do Rio das Mortes para Alvarenga Peixoto. Essas cartas manuscritas não foram as primeiras trocadas entre eles. Elas indicam que a negociação já estava em andamento, pois referenciam epístolas enviadas anteriormente com instruções de como ofertaram os lances na Junta da Real Fazenda e como seriam pagas as dívidas pela sua aquisição. À medida que os lances com os valores iniciais de 3:400\$000 réis aumentavam, as angústias e as conversas paralelas envolvendo membros da Junta da Fazenda de Minas, entre eles o escrivão e contador Francisco Antônio Rebelo, se acaloravam. No final, em meio a intensos debates e conflitos entre personagens de grupos de mando local, o ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes foi arrematado por 8:400\$000 réis (FBN, SM, CC, I-10, 15, 027 n° 001 a 005).

Será que a intenção do contratador João Rodrigues de Macedo não era desenvolver uma rede de favores para melhor gerenciar seus negócios? Como rendeiro, Macedo necessitava de prepostos e “conhecimentos” na administração pública para gerenciar melhor seus negócios.

O relacionamento de Alvarenga Peixoto com Macedo baseava-se em negócios que visavam garantir a parcialidade dos juízes no sistema administrativo da colônia. Se, de certa forma, o ouvidor desfrutava de relativa imunidade em relação ao poder metropolitano, notadamente das ingerências do governador, de outra lhe era vedado envolver-se em atividades econômicas e financeiras, como adquirir propriedades, na área de sua jurisdição.

Alvarenga Peixoto utilizou subterfúgios para ludibriar suas limitações como ouvidor: coagiu Manuel Teixeira Ribeiro, seu jurisdicionado em São Gonçalo do Sapucaí, a lhe vender a fazenda e as lavras que tinha na região da Boa Vista, em julho de 1777. Para tal fim, simulou com Lourenço José Correia de Mesquita a doação de imóveis por um tio residente em Santos, Sebastião de Alvarenga Braga, em dezembro de 1778.

Para desenvolver a agricultura e a mineração no local, Alvarenga Peixoto começou a adquirir escravos em grande quantidade do amigo João Rodrigues de Macedo. Seus débitos ficaram por pagar...

Com as guerras no sul da colônia a exigirem tropas e o envio de mantimentos, o ouvidor Inácio José de Alvarenga Peixoto foi o recrutador de homens válidos e o responsável pela administração das despesas militares na comarca do Rio das Mortes. Para receber o pagamento das dívidas contraídas junto aos comerciantes de São João del-Rei, constituiu João Rodrigues de Macedo como seu procurador em Vila Rica. Este, naturalmente, com o dinheiro recebido, saldou-se com a vultosa quantia e, também, quitou parte dos débitos que Alvarenga tinha com seu primo, Bento Rodrigues de Macedo. Assim, o pagamento dos fornecimentos militares ficou, em São João del-Rei, por conta do ouvidor. Sabemos o que aconteceu!

Alvarenga Peixoto concluiu o seu triênio como ouvidor em 22 de abril de 1780, quando transmitiu o cargo ao seu amigo doutor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, deixando as pendências financeiras da guerra contra os castelhanos por pagar. A partir de então, renunciou à carreira judiciária, convertendo-se em ativo fazendeiro e minerador.

A participação de Alvarenga Peixoto na ouvidoria da comarca do Rio das Mortes e, notadamente, no caso do não pagamento dos fornecedores de gêneros no suprimento dos mineiros que desceram ao sul da colônia ajuda-nos a compreender que a participação de homens como Alvarenga Peixoto na administração pública só funcionava em favor dos interesses metropolitanos quando havia coincidência dos interesses imperiais com os pessoais e locais.

Alvarenga Peixoto morreu em 1792 sem pagar um tostão sequer a qualquer um daqueles credores. Discutir seu exemplo na ouvidoria e mesmo como um “grosso devedor” como ele agia nas fimbrias da administração,

permite conjecturar procedimentos que se tornaram semelhantes em outras partes do Brasil colonial, envolvendo pessoas diversas, famílias, relações de amizades e posições sociais e econômicas de destaque.

O que mais nos intriga é que em nenhuma fase de sua vida, após deixar a ouvidoria e as “continhas” por acertar, Alvarenga Peixoto foi chamado para esclarecer por que não pagou os fornecedores dos víveres que pegou em nome da capitania de Minas Gerais. As autoridades nunca o enfrentaram.

A partir da documentação das cobranças que sofreu, desde o seu primeiro calote, Alvarenga sustentava-se em uma ampla rede montada no prestígio da posse das terras que tinha na comarca do Rio das Mortes, nos círculos de poder que frequentava (já que ocupou cargo nobilitante e se relacionava com as principais autoridades da capitania) e no circuito financeiro mineiro de que participava, produzindo alimentos e extraindo ouro de suas lavras. Independentemente de seus fracassos e vitórias, Alvarenga Peixoto passou para a História como uma pessoa lícita: poeta árcade de renome e ouvidor. Visão, aliás, totalmente fora dos padrões que mostramos: devedor de substanciais cabedais e, no fim da vida, inconfiante – traidor da pátria!

Referências

- BARRETO, A. 1979. A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, vol. 2, t. 2, p. 215-322.
- BARBOSA, W.A. 1979. *História de Minas*. Belo Horizonte, Comunicação, vol. 3, 233 p.
- BICALHO, M.F. 2003. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 418 p.
- CONCEIÇÃO, A.A. 2013. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradão: sentir, escrever e governar (1768-1779)*. São Paulo, Alameda, 380 p.
- COTTA, F.A. 2002. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Mneme: Revista de Humanidades*, 3(6):71-95. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme06/005-p.pdf>. Acesso em: 22/12/2012.
- JARDIM, M. 1989. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 415 p.
- KÜHN, F. 1999. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, 25(2):91-112.
- LAPA, M.R. 1960. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 305 p.
- MENZ, M.M. 2009. *Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)*. São Paulo, Alameda, 286 p.
- MIRANDA, M.E. 2009. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo, Hucitec, 309 p.
- OLIVEIRA, T.J.B. 1981. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto, ESAF / Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos. vol. 1, 359 p.
- OSÓRIO, H. 2007. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 355 p.
- SILVA, L.G.; SOUZA, F.P.; PAULA, L.F. 2009. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: A. DORÉ; A.C.A. SANTOS (org.), *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba, Fundação Araucária, 1:67-83. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedopeco/files/2011/12/A-guerra-luso-castelhana-e-o-recrutamento-Luiz-Geraldo-Silva-et-al.pdf>. Acesso em: 15/10/2012.
- SOUZA, L.M. 1990. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 237 p.
- SOUZA, L.M. 1999. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 231 p.
- SOUZA, L.M. 2006. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 505 p.
- VASCONCELOS, D. 1999. *História média das Minas Gerais*. 3ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 220 p.

Fontes primárias

- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). Seção de Manuscritos (SM). Coleção Tiradentes (CT), I-35, 12, 1 nº 9.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). Seção de Manuscritos (SM). Coleção Casa dos Contos (CC), I-10, 15, 027 nº 001 a 005.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). Coleção Inconfidência Mineira (CIM), Fundo: 3A, Caixa 2230. Pacotilha 7 – Libelo Cível entre Manuel Rodrigues Pacheco – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1804.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). Coleção Inconfidência Mineira (CIM), Fundo: 3A, Caixa 2230. Pacotilha 13 – Libelo Cível entre Antônio Francisco de Andrade – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1793.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). Coleção Inconfidência Mineira (CIM), Fundo: 3A, Caixa 2230. Pacotilha 16 – Libelo Cível entre José Antônio de Castro Moreira – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1795.

Submetido: 23/01/2014

Aceito: 23/04/2014

André Figueiredo Rodrigues
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
(UNESP)
Av. Dom Antonio, 2100, Parque Universitário, 19806-900
Assis, SP, Brasil